

PERCURSOS DE ESCOLARIZAÇÃO DE PESSOAS BRANCAS, PARDAS E NEGRAS EM PERNAMBUCO NAS DÉCADAS DE 1970 ATÉ 2010, ONDE EXISTIAM LATIFÚNDIOS E HOJE EXISTEM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

Ricelio Regis Barbosa da Silva Moura¹; Allene Carvalho Lage²

¹Estudante do Curso de Pedagogia- CAA – UFPE; E-mail: ricelio.regis@hotmail.com

²Docente/pesquisador do Núcleo de Formação Docente – CAA – UFPE. E-mail: allenelage@yahoo.com

Sumário: Este resumo traz os resultados de uma pesquisa de iniciação científica desenvolvida no período de 2014-2015. Tem como objetivos identificar e analisar os resultados de escolarização de pessoas brancas, pardas e negras em Pernambuco, com base nos Censos Demográficos de 1970 até 2010, em regiões onde existiam latifúndios e hoje existem assentamentos de reforma agrária. Para isso utilizamos de um levantamento de dados dos Censos Demográficos que trazem os anos de estudos/instrução das pessoas do estado de Pernambuco, juntamente com a variável cor/raça. Dentro desse contexto nosso estudo teve por base dados com estatísticas educacionais. O estudo nos apontou como a educação no Brasil tem sido nessas últimas décadas, e seus desdobramentos nas desigualdades sociorraciais, nos termos de Moore (2009), como, de fato, encontra-se nos resultados de escolarização por cor/raça nos Censos Demográficos de Pernambuco.

Palavras-chave: educação do campo; educação rural; raça/etnia

INTRODUÇÃO

A história da educação brasileira nos ajuda a entender os projetos e as ideologias dos períodos políticos da história do Brasil, bem como a construção e reprodução dos processos de desigualdades sociais entre classes sociais, gênero, raça/etnia e entre campo e cidade e, as articulações e submissões dos projetos das classes dominantes aos projetos de hegemonia internacional.

Nessa direção, a história da educação rural e da educação do campo desde sempre tem sido recheada de exemplos de políticas e de gestões que a desafia como lugar de punição, de equipamentos escolares velhos ou ultrapassados, e de uma crença de alunos com poucas capacidades de aprendizagem. Isto decorre devido ao fato de que a educação para os povos do campo no Brasil sempre esteve submetida às elites agrárias, que utilizavam-se da educação como instrumento ideológico e de dominação, no qual a escola rural e não do campo, era o lugar da formação de trabalhadores domesticados. Nessa direção Fernandes (2006) faz uma distinção entre a Escola do Campo e Escola Rural, afirmando que, “a Educação do Campo está contida nos princípios do paradigma da questão agrária, enquanto a Educação Rural está contida nos princípios do paradigma do capitalismo agrário”. (FERNANDES, 2006: 37).

De fato há uma grande diferença entre essas duas concepções e várias implicações. A escola rural como lugar da educação, trazendo o controle político do que deveria ser o projeto educativo da classe trabalhadora, garantindo a reprodução do pensamento das elites. Já a educação do campo reconhece a diversidade dos povos do campo e seus saberes, colocando-os em numa posição de protagonistas de uma educação que os ajudam a refletir suas realidades.

Na educação as desigualdades sociais constituem-se num fato, que marcaram historicamente a vida dos sujeitos, no acesso e permanência diferenciados de pessoas

brancas, pardas e negras apontam para a mesma subtração de cidadania e de direitos que as pessoas negras sofrem em todos os campos sociais. Nessa direção a leitura e análise sobre anos de escolarização desses três grupos sociais, desde a década de 1980 até a de 2010 podem nos dizer, em termos concretos, a quantas anda a justiça educativa em Pernambuco. Assim, estudar a questão racial como variável para se entender a trajetória de educação em Pernambuco, nos conduz a compreensão de como pode servir de instrumento de dominação ou de emancipação entre brancos, pardos e negros, nos termos de Ianni, que afirma: “a questão racial revela, de forma particularmente evidente, nuançada e estridente, como funciona a fábrica da sociedade, compreendendo identidade e alteridade, diversidade e desigualdade, cooperação e hierarquização, dominação e alienação”. (IANNI, 2004, p. 18).

Considerar esses aspectos nos ajuda a desconstruir a ideia de subalternidade que permeiam as concepções racistas. Nessa direção, a pertinência de discutir a educação com as variáveis de raça/etnia, pode contribuir para desvelar o marco epistemológico de um conjunto de conhecimentos produzido no campo da educação que levam em conta a questão das relações étnico-racial e seus desdobramentos no acesso, permanência e anos de escolarização do segmento negro da sociedade confrontada com os resultados do segmento branco.

Assim temos como objetivo analisar os resultados de escolarização de pessoas brancas, pardas e negras em Pernambuco, com base nos Censos Demográficos de 1980 até 2010, em regiões onde existiam latifúndios e hoje existem assentamentos de reforma agrária.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para Demo (1995) faz uma reflexão a questão da realidade e argumenta sobre as limitações a que estão sujeitos os/as investigadores/as e reflete sobre a interferência destes, na construção da visão do que seria a realidade, quando se pretende aprender com ela.

O maior problema da ciência não é o método, mas a realidade. Como esta não é evidente, nem coincide completamente com a ideia que temos da realidade e a própria realidade, é preciso primeiro colocar esta questão: o que consideramos real? Alguns acreditam que a realidade social é algo já feito, totalmente externo e estruturado. Outros concebem-na como algo a se fazer, pois seria criativamente histórica. Outros tentam misturar as duas posturas: em parte a realidade social está feita, em parte pode ser feita (DEMO, 1995: 16).

Sendo assim, como não há a forma ou método “certo” de explicar a “realidade”, sugere-se a utilização da abordagem interpretativa podendo ser aplicada na pesquisa qualitativa quanto na quantitativa. Assim, esta orientação levará essa investigação à produção de um conhecimento novo ao se optar por métodos de tradição interpretativista com as particularidades específicas que o estudo possa suscitar.

Esta pesquisa foi fundamentada Método do Caso Alargado que parte do Estudo de Caso convencional e ao final alarga suas implicações dentro do tema ao olhar a sociedade. Nesta direção, a utilização do Estudo de Caso é importante para a compreensão do tema pesquisado, por proporcionar um exame mais abrangente sobre as várias implicações do estudo sobre a escolarização de pessoas brancas, pardas e negras no interior de Pernambuco. Neste sentido, o Método do Caso Alargado propõe que,

“Em vez de reduzir os casos às variáveis que os normalizam e tornam mecanicamente semelhantes, procura analisar com o máximo de detalhe descritivo, a complexidade do caso, com vista a captar o que há nele de diferente ou de único. A riqueza do caso não está no que nele é generalizável, mas a amplitude das incidências estruturais que

nele se denunciam pela multiplicidade e profundidade das interações que o constituem” (SANTOS, 1983: 11).

De fato, o Método do Caso Alargado amplia o universo da análise de modo que esta possa discorrer acerca de questões importantes relacionadas com o tema presente na sociedade.

A Coleta de Dados foi realizada nos Censos Demográficos publicados pelo IBGE referentes às décadas de 1980 à 2010 de Pernambuco. Dentro desse contexto, o nosso estudo teve por bases dados com estatísticas educacionais e como tal merece uma atenção sobre sua vida validade e fidedignidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta pesquisa de iniciação científica buscamos identificar e analisar os níveis/anos de escolarização das pessoas brancas, pardas e negras de Pernambuco. Dessa maneira coletamos e sistematizamos os dados dos Censos Demográficos da década de 1980 até 2010. Tendo em vista que não foi possível a análise do censo de 1970, por este não apresentar a variável cor/raça em anos de estudo/instrução, pois a utilização com cor/raça, e etnia, só vem aparecer posteriormente ao Censo de 1970. Assim, nos detendo nas pessoas de cor branca, parda e preta, como trazem os censos e buscando atender aos objetivos da pesquisa, podemos identificar e analisar como anda a educação de Pernambuco. Nesses termos, os dados do Censo de 1980 e 1991, coletados sobre anos de instrução/estudo de pessoas autodeclaradas brancas, pardas e negras, notamos que em 1980 o quantitativo de pessoas negras sem instrução era de 60% e de pessoas brancas 41%. No período de 8 à 10 anos de instrução, temos 7% de pessoas brancas, 3% de pessoas de negras, e 4% de pessoas pardas. Ainda no mesmo Censo de 1980, identificamos que no período de 11 à 13 anos de instrução, o temos uma diminuição ainda mais considerável, em todos os segmentos, entretanto as pessoas de cor preta, sofrem mais essa diminuição quantitativa. Desse modo tem-se 8% de pessoas brancas, 1% de pessoas pretas, e 3% de pessoas pardas, que possuem de 11 à 13 anos de instrução.¹

O censo de 1991, temos sem instrução cerca de 29% de pessoas brancas, 48% de pessoas declaradas negras e, 38% de pessoas pardas. Podemos notar que temos um número maior de pessoas pardas e negras sem instrução. Cerca 11% de brancos, 4% de negros, e 6% de pardos declararam ter de 11 à 14 anos de instrução. Enquanto cerca de 5% de brancos, 0,7% de negros e 1% de pardos afirmaram ter 15 anos ou mais de instrução no censo de 1991. Isso nos mostra que, ao avançarmos nos anos de estudos, percebemos a diminuição dos segmentos branco, pardo e negro. Mas alguns segmentos, como o negro e o pardo tem uma redução maior, quando comparados com o segmento branco. Essa diminuição é decorrente da evasão escolar, que por diversos e fatores possíveis acabam por deixar a escola, como a questão econômica, cultural, geográfica, políticas públicas, entre outros, fatores contribuem para essa triste realidade de nosso país.

O Censo de 2000 na região agreste mostra que cerca de 44% de pessoas brancas, 3% de pessoas negras, e 51% de pessoas pardas tem o ensino fundamental completo. Na mesma região, no censo de 2010 encontramos uma diminuição de pessoas brancas com ensino fundamental, cerca de 40% de pessoas brancas, 3% de pessoas negras, e 56% de pessoas pardas. Enquanto no ensino superior a região agreste no censo 2000 apresenta cerca de 65% de pessoas brancas, 1% de pessoas declaradas negras, e 33% de pessoas declaradas pardas. Enquanto na mesma região (agreste) no censo de 2010 encontramos as pessoas brancas com 54%, pretas com 3%, e pardas com 42% que tem o ensino superior.

È importante reconhecer os avanços nas políticas públicas para com a educação. Mas mesmo assim, o ingresso e permanência de pessoas negras no Ensino Superior, bem como, a expansão do ensino, e auxiliando famílias economicamente carentes, como bolsa escola,

¹ Estes percentuais correspondem aos universos de cor/raça, e não da totalidade de anos de estudo/instrução.

bolsa família, entre outros incentivos, afim de retirar crianças e adolescentes do trabalho, das ruas, ainda assim, continuam não atingindo a todos, e existindo uma diferenciação gritante quando comparamos os segmentos branco, negro e pardo da sociedade.

A desigualdade sociorracial (Moore, 2009) de escolarização, presente em todos os censos demográficos aqui analisados, nos possibilita refletir sobre as possibilidades em que resultam essa disparidade existente entre cor/raça, como trazem os próprios censos. Podemos interpretar essas desigualdades raciais nos censos, como sendo produto de uma ideologia dominante, como também uma política de “embranquecimento” do povo, a miscigenação, entre outros. Podemos também pensar que, o ingresso e a permanência nas escolas não são ofertadas da mesma maneira para brancos e negros, pobres e ricos, visto que as condições financeiras e incentivo dos pais, familiares, professores, e até mesmo do Estado para manter esses sujeitos na escola contribui para o avançar ou não dos anos de estudos dos sujeitos.

CONCLUSÕES

Assim podemos identificar que os índices de escolarização de pessoas brancas, pardas e negras em Pernambuco, tendo com base os Censos Demográficos de 1980 até 2010, apresenta uma grande desigualdade sociorracial em todas as décadas analisadas dos censos. Ampliando nossos olhares como propõe o método do caso alargado, percebemos que essa desigualdade existente, deve-se por vários fatores, entre eles de dominação e manutenção de privilégios que historicamente vem perpetuando até os dias de hoje. Nessa direção, as desigualdades de escolarização de pessoas brancas, pardas e negras, temos também o preconceito e a discriminação racial institucionalizada, muitas vezes de formas sutis e silenciadas por professores/as e sociedade.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à (ao) PROPESQ/UFPE/CNPq pela concessão da bolsa de iniciação científica e ao CNPq pela concessão de auxílio financeiro, ao Centro Acadêmico do Agreste e a professora Dra. Allene Carvalho Lage, orientadora deste trabalho, por sua dedicação.

REFERÊNCIAS

- DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Editora Atlas, 1995.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica C. (org). **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: MDA, 2006.
- IANNI, Octavio. Dialética das relações raciais. In: **Revista de Estudos Avançados**, vol.18, n.50, p. 21-30, 2004.
- MOORE, Carlos. **Racismo & Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Belo Horizonte: Mazza edições, 2007
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Os conflitos urbanos no Recife: o caso do “Skylab”. In: **Revista Crítica**, n° 11, maio, p. 9-59. Coimbra: CES, 1983.